

*Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória**

ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS
Centro Universitário de Vila Velha

Resumo: O artigo examina as características do processo de formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, consubstanciado em elementos histórico-sociais que revelam o processo de segregação sócio-espacial que se estabeleceu na região da capital aliado ao projeto de modernização econômica a partir da década de 1960. Nesta perspectiva, o trabalho aborda as condições históricas da formação metropolitana da Grande Vitória, identificando em que medida o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais pode levar à fragmentação social e, contribuir para a escalada da violência na Região.

Palavras-chave: Metropolização; Segregação; Violência.

Abstract: The article examines the characteristics of the Greater Vitoria Metropolitan Area formation process based on social-historical elements which reveal the social-spatial segregation process established in the capital area together with the economical modernization project since the 1960's. From this perspective, the work approaches the historical conditions of the Greater Vitoria Metropolitan Region identifying to which extent the deepening of the social-spatial inequalities can lead to social fragmentation and contribute to the escalation of violence in the Region.

Keywords: Metropolization,; Segregation; Violence.

Introdução

As mudanças na economia mundial, resultado da globalização e reestruturação produtiva, são entendidas neste trabalho como pano de fundo para a análise das mudanças sócioespaciais, na medida em que desencadearam transformações no mercado de trabalho com o deslocamento das atividades do setor secundário para o terciário, criando novas formas de expressão da pobreza, aprofundando o processo de exclusão de grande número de pessoas do mercado assalariado e de crescimento da economia informal.

Assim, a formulação deste artigo teve como estímulo um conjunto de fenômenos sociais que têm sido a marca do final do século XX e do início do século XXI. De um lado, evidências empíricas, resultantes de pesquisas científicas, que caracterizam as metrópoles: empobrecimento da população com aumento da desigualdade de renda; precarização do trabalho e vulnerabilidade do trabalhador; e ainda o fenômeno da violência que se transformou em uma das mais importantes questões sociais no Brasil. De outro lado, transformações no sistema produtivo com predomínio do modo de produção capitalista, em curso desde o final de 1970, com grandes conseqüências sobre a dinâmica urbana, aliadas a um desenvolvimento acelerado e extensivo, que se traduz em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital.

No contexto sócio-histórico desta pesquisa, nosso marco referencial, 2000, evidencia as desigualdades sócioespaciais versus violência, num processo permanente e crescente que marcou a sociedade urbana brasileira, notadamente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, nosso objeto de estudo.

A formação da região metropolitana da grande vitória e a segregação sócioespacial

No Estado do Espírito Santo, a exemplo do contexto nacional, a decadência do modelo primário exportador, focado especialmente na economia cafeeira, foi determinante para a migração campo - cidade. Os aspectos envolvidos com a economia, que se modificava a partir da nova lógica industrial, criaram as condições para a urbanização capixaba e conseqüente formação metropolitana.

Em 1973, através da Lei Complementar nº. 14, foram instituídas 8 (oito) Regiões Metropolitanas no país. Entretanto, segundo Abe (1999, p.472), diversas restrições foram feitas a esta Lei, destacando-se, entre elas,

[...] a crítica ao fato de que, por ser emanada do Poder Central, deu tratamento uniforme a diferentes realidades, em alguns casos atropelando processos locais que poderiam ter resultado em agrupamentos de municípios em formatos diversos. A par da habitual hegemonia dos núcleos principais, o modelo de gestão imposto, tendo sido autoritário na composição e viciado nos

encaminhamentos, acabou afastando a participação dos demais municípios, o que reduziu ainda mais as possibilidades de tratamentos integrados de problemas em realidades que englobavam múltiplas administrações municipais.

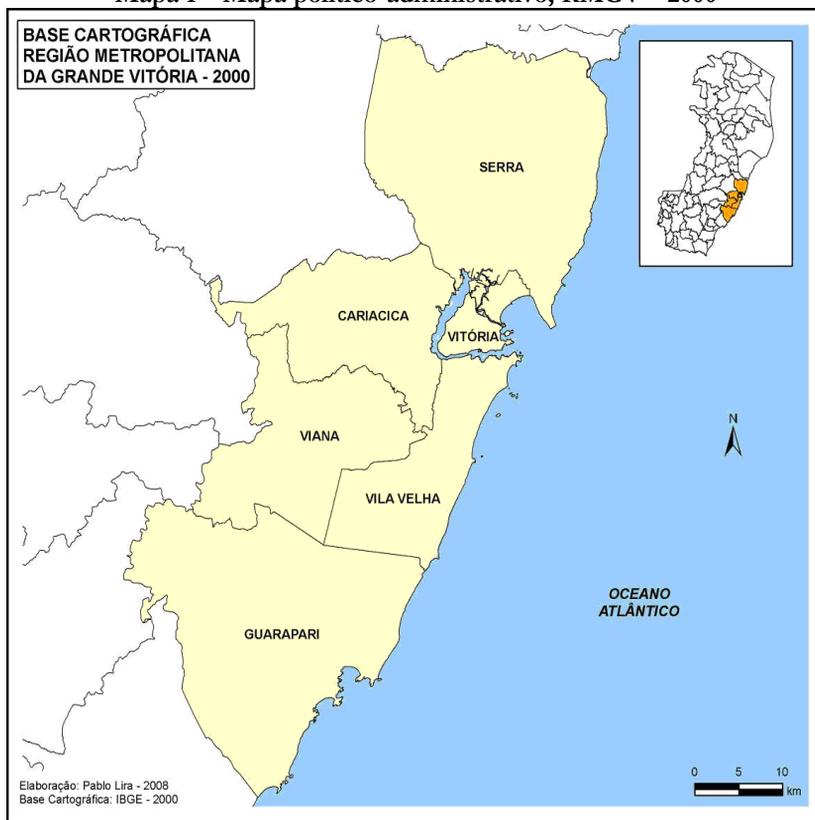
No Espírito Santo, o início da discussão sobre o aglomerado urbano da Grande Vitória, no nível estadual, data de 1967. Entretanto, somente em 1995, através da Lei Complementar Estadual nº 58, de 21.02.1995, foi instituída formalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, “[...] com vista à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano” (Art. 1º).

A gestão da RMGV compete ao Conselho Metropolitano da Grande Vitória – CMGV, de caráter deliberativo, incumbido de gerir “os empreendimentos e os serviços que devem ser considerados entre as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano” (Art. 8º, Inciso I).

Em 1999, foi incluído na Região Metropolitana da Grande Vitória, pela Lei Complementar nº. 159, de 8 de julho, o município de Guarapari. Foi posteriormente modificada em 2001, com novo texto formatado através da Lei Complementar nº 318 de 17 de janeiro de 2005, em que foi incluído outro município, próximo à Capital, denominado Fundão.

Neste trabalho, foram considerados os municípios que compuseram a RMGV até 2000: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (Mapa 1).

A centralidade da RMGV provocou uma absorção significativa do contingente populacional das outras regiões do Estado. Essa concentração populacional, 46,03% na região (Tabela 1), e taxa média de urbanização de 97,7%, em um espaço que ocupa pouco mais de 5% da área total do Estado, trouxe, por conseguinte, uma série de problemas característicos de regiões com perfil urbano-industrial, tais como: falta de moradia, saneamento, violência urbana, entre outros.

Mapa 1 – Mapa político-administrativo, RMGV – 2000**Tabela 1**

Participação da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo: 1940–2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	324.285
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.719	88.400
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	321.181
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	53.452
Vila Velha	17.079	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	345.965
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	292.304
G. Vitória	102.851	123.281	209.172	410.103	744.759	1.126.638	1.425.587
E. Santo	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.600.618	3.097.232
GV/ES (%)	13,71	14,31	17,88	25,64	36,82	43,32	46,03

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI – 2000

No Brasil, a dinamização da industrialização e o processo de urbanização acelerado, marca do período de 1945 a 1980, foram acompanhadas por uma expansão do mercado de trabalho, com predominância do setor secundário, o que permitiu “[...] um processo social de razoável grau de mobilidade ocupacional e integração à vida urbano-industrial, apesar dos fortes índices de concentração de renda que marcam a nossa estratificação” (RIBEIRO, 1997, p. 264).

Posteriormente, o esgotamento do modelo de substituição da economia de agrário-exportadora para a industrial, a partir da crise socioeconômica na década de 1980, resultou na abertura da economia brasileira e implantação do processo de privatização como mecanismo de integração da economia nacional ao mercado global.

Entretanto, a possibilidade de avanço e modernidade transformou-se na “(...) marca da modernização com o desenvolvimento do atraso” (MARICATO, 2003, p. 151).

O setor terciário torna-se o principal responsável pela geração dos novos postos de trabalho e, segundo Ribeiro (1997, p. 267), a terceirização da economia brasileira ganha novos contornos com “[...] a ampliação do espaço do setor informal, mediante a inserção dos trabalhadores em unidades não organizadas em moldes capitalistas, e um processo de informalização dentro das empresas capitalistas”.

Surgem novos padrões de produtividade, resultado da flexibilização do mercado de trabalho e da precarização do assalariamento, alterando e redefinindo a função econômica das metrópoles brasileiras.

Os impactos sociais dessa reestruturação produtiva apontam a emergência de novos padrões de segregação, pois,

As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 2003, p. 152).

Nesse contexto, as Regiões Metropolitanas — RMs — brasileiras possuem novos arranjos espaciais, com uma enorme complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social.

No Espírito Santo, além da desestruturação da sociedade rural, outro fator contribuiu para a migração para a RMGV: a instalação dos Grandes Projetos Industriais, a partir da década de 1960, o que faz com que a economia capixaba passe a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, que se consolida no Espírito Santo a partir de 1970.

No caso da RMGV, Vitória, apesar de ser o município com a menor extensão territorial, até 1980 era o primeiro município da região em concentração populacional, passando em 1990 a ocupar o 3º lugar, com uma diferença mínima em relação à Cariacica e Vila Velha que passam a ocupar o 1º e 2º lugar, respectivamente. E em 2000, Vitória possui um contingente populacional inferior ao dos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra (Tabela 1).

Essa concentração populacional, a posição geográfica, a infraestrutura logística e portuária, os programas de incentivos governamentais e o *boom* econômico da região fizeram com que Vitória, Serra e Vila Velha (municípios limítrofes) exerçam a função de centralização estadual de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de serem o vetor de difusão cultural e tecnológica.

Com isso, estes municípios atraem um fluxo de migrantes do interior do Espírito Santo, de outros estados e também de outros países, em menor proporção, na busca das “oportunidades”, decorrentes do processo de mundialização. Os dados estatísticos referentes a migração, nos permitem identificar que 70,8% dos migrantes se concentraram apenas em três municípios da RMGV.

O processo de modernização ocorrido na economia do Espírito Santo, a partir da década de 1960, configurou-se de forma brusca, tendo sido originado da desestruturação de sua base econômica (o setor agrário) e de sua reestruturação, a partir de uma nova ótica de acumulação do capital: a industrialização” (SIQUEIRA, 2001, p. 87).

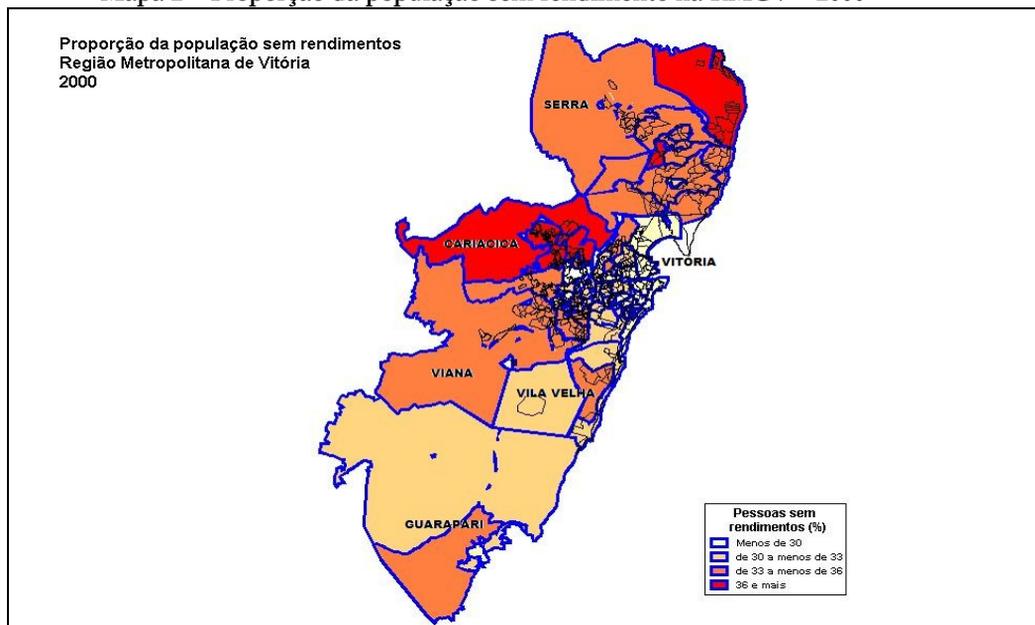
Nesse contexto, podemos identificar que o processo de urbanização no Espírito Santo, resultante do movimento migratório campo-cidade

decorrente do declínio da economia cafeeira aliado às políticas de incentivo à industrialização, teve como consequência um inchaço populacional na RMGV, refletido principalmente em sua capital Vitória, enquanto lócus concentrador de produção e reprodução do capital.

Aliado a isso, a análise dos dados do Censo 2000 do IBGE, referentes à renda por AEDs, utilizados para definição da segregação sócioespacial na RMGV, permite que se tenha uma noção razoavelmente precisa da distribuição da riqueza e da desigualdade na região.

O estudo aqui apresentado está fundamentado nos índices de proporção da população sem rendimentos na RMGV, proporção esta que varia entre menos de 30% e 36% e mais, distribuídos: (a) percentual, abaixo de 30%, da população de pessoas sem rendimentos; (b) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 30 a menos de 33%; (c) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 33 a menos de 36%; (d) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais iguais ou acima de 36%. A partir desses índices, a análise busca descrever espacialmente a distribuição da população sem rendimentos, por município da RMGV, conforme Mapa 2.

Mapa 2 – Proporção da população sem rendimento na RMGV – 2000



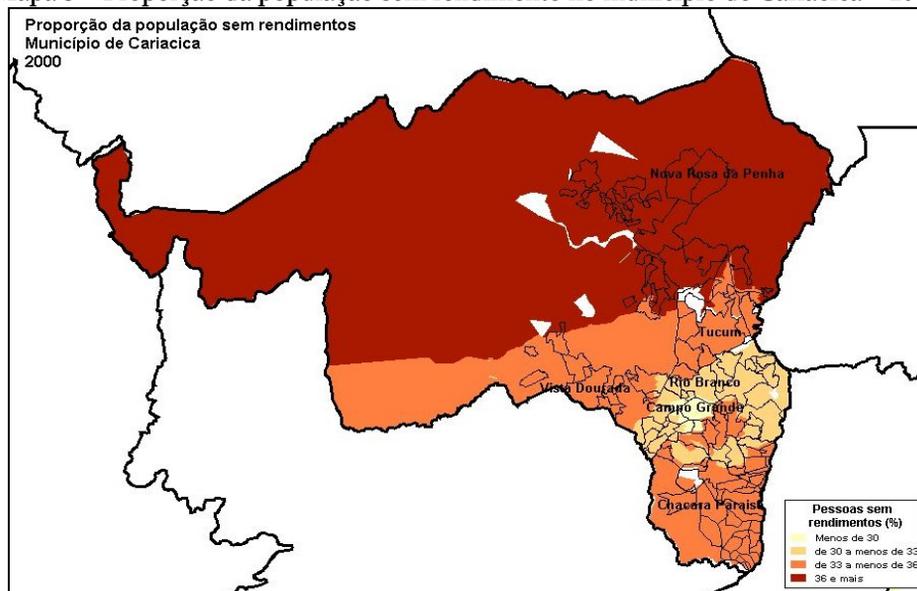
Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Os mapas 3 e 4 ressaltam que, dentre os municípios da RMGV, Cariacica e Serra concentram o maior contingente de pessoas sem rendimentos, o que sinaliza uma situação de desemprego.

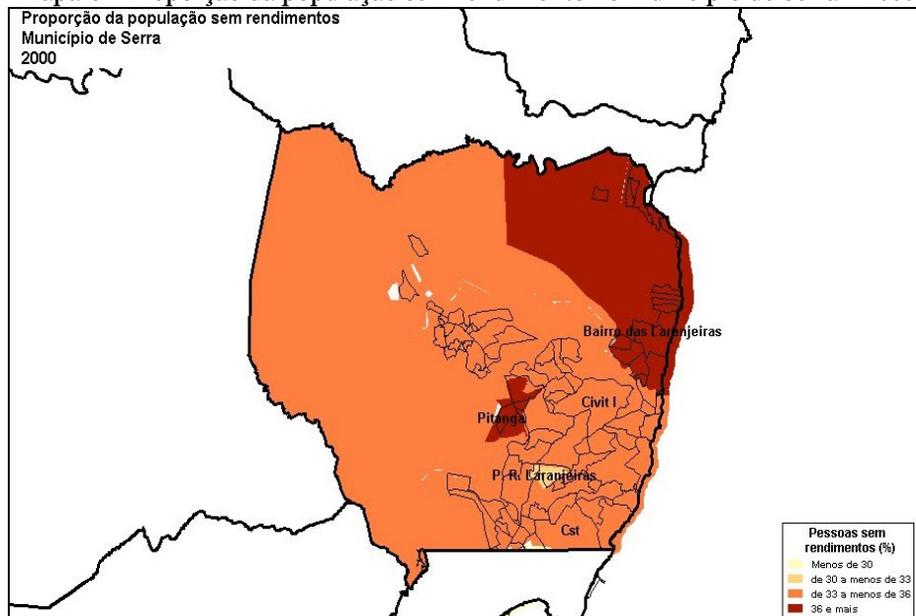
Esses dados, aliados à situação dos assentamentos subnormais, apresentados por Siqueira (2001), em que, em 1980, dos 706.263 habitantes da Grande Vitória, 281.391 (39,84%) habitavam áreas de favela, demonstram o agravamento da precarização das condições de trabalho e de moradia para um grande contingente populacional da RMGV.

Mapa 3 – Proporção da população sem rendimento no município de Cariacica – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Mapa 4 – Proporção da população sem rendimento no município de Serra – 2000

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Assim, a expansão das periferias e o processo de favelização da região, a partir da década de 1970, resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização do Estado, se tornaram uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

Nesse cenário, evidencia-se que a RMGV, como a maior parte das metrópoles brasileiras, reproduz o processo de segregação social e espacial, resultado da dinâmica interna de formação do seu espaço metropolitano no contexto da modernização econômica.

Segregação X violência urbana

De acordo com nossa pesquisa, constata-se que o processo de expansão desordenada da RMGV resultou no surgimento de bairros periféricos, no qual grande parte da população encontra-se numa situação de desemprego, como conseqüência do perfil da população dos mesmos, oriunda das atividades agrárias e de migrantes, constituída por trabalhadores

com baixa ou nenhuma qualificação profissional, que de forma crescente e gradativa foram se instalando nos municípios da RMGV. Essa situação intensifica a fragilidade social de uma ampla camada populacional, majoritariamente jovem, que conseqüentemente, por não possuírem condições de inserção no mercado formal de trabalho, acabam se tornando as maiores vítimas da sedução do mercado ilegal de trabalho e da violência urbana na RMGV.

Nesse quadro de elevada precariedade da vida urbana, um alto e crescente número de jovens se encontra em situação de risco social. A ausência de políticas públicas, direcionadas para a inclusão desses jovens, numa faixa etária entre 14 e 25 anos, que apresentam uma reprodução social abaixo do nível socialmente necessário, agrava o quadro de violência nos municípios da RMGV, conforme demonstrado a seguir.

Partindo do pressuposto de Mir (2004, p. 350-52) de que a cidade é o maior identificador da cultura humana e sua adoção da definição mais simples de cidade como uma “[...] concentração de pessoas possível em determinado território”, o autor chama atenção para o processo de balcanização em curso na sociedade brasileira, onde,

[...] divisões étnicas, sociais e territoriais do país, tornando-nos dessemelhantes e desiguais como expressão máxima da organização do Estado – faz com que o país seja governado por minorias e não por elites. Essa é, objetivamente, uma das conseqüências mais nefastas desse processo interminável. A elite é o que há de mais primoroso em um país a serviço da sociedade; a minoria é a máfia política de um país a serviço dos seus próprios interesses.

Isso se constata principalmente nas grandes metrópoles onde a precarização do trabalho, o desemprego, a desestruturação familiar, entre outras variáveis, “[...] concorrem simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários tradicionais e para o desenvolvimento de processos que funcionam como suporte para uma espécie de tribalização” (SAUL, 1999, p. 118).

Por outro lado, o crescimento da criminalidade urbana é uma tendência mundial e, no Brasil, esta tendência mostra-se alarmante. Apesar de não haver consenso entre os cientistas sociais quanto às causas deste

crescimento, Adorno (2002, p. 101) aponta três direções para a explicação do fenômeno:

- a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinqüência e violência;
- b) crise do sistema de justiça criminal;
- c) desigualdade social e segregação urbana.

Nesse sentido, Adorno (2002, p. 108) discute a violência como um fenômeno endêmico na sociedade brasileira desde os primórdios da república quando

[...] trabalhadores urbanos pauperizados eram vistos como pertencentes às classes perigosas e passíveis de estreito controle social que incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrárias.

Porém, em meados dos anos 1970, com o surgimento de inquietações relacionadas à persistência da violência institucional no combate à criminalidade, surge a crença nas raízes estruturais do crime e da brutalidade contra os delinqüentes. Esse fato,

devia-se ao capitalismo, às estruturas de exploração, dominação e exclusão inerentes a este modo de organização societária. Em decorrência, estabelecia-se uma associação mecânica, por assim dizer, entre pobreza e violência. Quanto maior a pobreza, maior a violência. A violência urbana aparecia então como expressão de lutas entre as classes dominantes e o conjunto de subalternos (ADORNO, 2002, p. 108).

Em contrapartida, Edmundo Campos (*apud* PERALVA, 1997, p. 227), ao analisar o período de recessão na década de 1980, faz a seguinte constatação:

[...] durante a maior parte do período de crise e de recessão econômica que se estendeu de 1980 a 1983, a criminalidade violenta no Rio de Janeiro declinou, ao contrário do que faria prever a perspectiva da justiça distributiva. Não é necessário lembrar os efeitos devastadores da crise sobre o nível de emprego e, de maneira geral, sobre a situação das camadas menos

privilegiadas da população; ainda assim, não apenas declinaram as taxas de homicídio e de estupro (também o índice de criminalidade violenta) como igualmente caíram as taxas de roubo.

Aqui é importante salientar que a recessão implica, por um lado, elevação do grau de pobreza da população, e, por outro lado, tende a contribuir para o aumento da desigualdade econômica e da exclusão social. Porém, a elevação do grau de pobreza não implica necessariamente o aumento da criminalidade. A partir dessa constatação, vários autores refutam a associação direta entre a miséria e a violência. Em 2000, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, os Estados brasileiros mais pobres – Maranhão e Piauí – apresentaram os mais baixos índices de violência: 4,85 mortos para cada 100 habitantes. Do mesmo modo, os países africanos mais pobres ostentam baixíssimos índices de violência (menos de 3 homicídios por 100 habitantes). Isso sinaliza que a miséria, por si só, não é fator determinante do crime.

Entretanto, a exacerbação da criminalidade comum violenta nas regiões metropolitanas é uma questão crucial da realidade brasileira e capixaba. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com base no cruzamento de dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2000 com os registros de óbito do Ministério da Saúde, de 2003, calculou a probabilidade de um cidadão ser assassinado em cada um dos 5.507 municípios brasileiros. O estudo mostra que entre 1980 e 2000 a taxa de mortalidade por homicídio no país cresceu 130%, passando de 11,7 para 27 em cada 100 mil habitantes. Dentre os 127 municípios com taxa de homicídios superior a 50 por 100 mil habitantes, em 2003, 51 pertencem a regiões metropolitanas (MIR, 2004).

Nesse contexto, podemos constatar que, no Brasil, a miséria aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, evidenciada, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico, incorporada no cotidiano da população brasileira que gerou a banalização da violência e da mesma forma a sua naturalidade no imaginário coletivo.

Essa questão é particularmente trágica em relação aos homicídios de jovens, principalmente nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e

Espírito Santo, em que, de acordo com Cerqueira; Lobão; Carvalho (2005, p. 6), a vitimização de jovens por homicídios “[...] tem se transformado numa questão de saúde pública extremamente dramática. cuja proporção de óbitos por homicídios ultrapassou 50%”.

Além disso, a pesquisa do IPEA, de 2000, demonstra que, na classificação dos 23 municípios brasileiros mais violentos, encontra-se três municípios da RMGV, a Serra, como a cidade mais violenta do país; Cariacica, a terceira mais violenta; Vitória, a segunda Capital mais violenta e a décima sexta cidade mais violenta. E no *ranking* dos 23 municípios menos violentos a RMGV não teve nenhum classificado. Para completar o cenário devastador, a RMGV aparece como a mais violenta do país, conforme Tabela 2.

Tabela 2
Taxa de homicídios por mil habitantes das Regiões Metropolitanas Brasileiras
1980 – 2002

Região Metropolitana	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	Média 1995-1999	Média 2000- 2002	Varição %
Vitória	18,0	26,3	49,5	77,0	73,8	311,0
Salvador	4,2	8,5	17,3	23,4	16,9	300,2
Petrolina/Juazeiro	13,1	20,6	32,7	42,7	50,7	285,9
Porto Alegre	7,2	11,9	21,8	23,1	26,8	274,5
Campinas	11,5	12,5	18,3	32,4	37,9	230,7
Belo Horizonte	11,0	9,8	12,1	18,3	32,4	193,1
Recife	25,8	34,9	44,2	59,8	72,5	181,4
Florianópolis	4,7	5,7	5,6	7,9	13,1	178,7
Baixada Santista/SP	18,1	22,1	24,5	45,3	50,2	178,0
Curitiba	9,2	10,9	15,4	21,2	25,6	177,9
Foz do Rio Itajaí	5,5	5,1	8,1	11,0	14,8	168,8
Rio de Janeiro	20,2	23,1	40,7	57,2	52,4	159,9
Goiânia	10,8	13,5	20,5	19,7	27,0	150,9
Brasil (médias das RMs)	17,8	22,7	29,8	39,3	40,7	128,8

Fonte: CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005, p. 5.

Considerando o exposto e os indicadores de desenvolvimento humano municipal da RMGV, Tabela 3, figurando entre os mais altos do Brasil, bem como o IDH, segundo dados do IBGE – 2000, “contraditoriamente” os dados relacionados à violência na RMGV apresentam-se como um dos mais altos do país, conforme apresentado anteriormente.

Tabela 3
Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM
1991 – 2000

Município	1991	2000
Cariacica	0,67	0,75
Guarapari	0,69	0,75
Serra	0,69	0,76
Viana	0,66	0,74
Vila Velha	0,76	0,82
Vitória	0,80	0,86

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Por outro lado, se considerarmos a lógica econômica, que cria uma dinâmica que permeia não só o mundo econômico, mas também o pessoal, lógica essa, centrada na competitividade e no consumo excessivo em que as pessoas são responsabilizadas por sua condição de desempregado, que os transforma de vítimas em responsáveis por sua condição, ao mesmo tempo em que os marginaliza, exclui e oculta as reais causas desse processo, conforme constatação de Forrester (1997, p. 11) a seguir:

Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de ‘solicitantes de emprego’ que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos naturais.

É nessa perspectiva que a análise do contexto histórico, econômico, social e espacial se torna crucial para uma melhor compreensão do fenômeno da violência na RMGV, em que as aparentes “contradições” entre os indicadores na verdade revelam as causas reais dos fenômenos da exclusão e da violência. É nesse contexto que Zanotelli (2003, p. 246), ao analisar as taxas de homicídios na região, observa que Vitória e Serra, em 1998, atingiram “[...] taxas somente ultrapassadas na América Latina por, em primeiro lugar Medellín, na Colômbia, Diadema, em São Paulo, em segundo lugar; Cali, também na Colômbia, em terceiro lugar”.

Nesse contexto, é importante entender a violência como “[...] um modo específico de afirmação do indivíduo sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade” (FRAGA, 2002, p. 46).

Assim, a questão da violência urbana, característica marcante das grandes cidades brasileiras, principalmente a partir da virada dos anos 1980, quando passou a ter como referência o crescimento quantitativo dos crimes, num diversificado universo da criminalidade urbana, passou também a se colocar na percepção social como um dos maiores problemas nas cidades.

Considerações finais

O acirramento da desigualdade sócioespacial a partir da década de 1980 aprofundou o processo de concentração da riqueza no núcleo da RMGV. O número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, concentrados de forma intensa na periferia; a elevada concentração do percentual de pobres nas periferias e a alta concentração de alta renda no município de Vitória e no litoral do município de Vila Velha evidenciam o aumento da distância social entre o centro e a periferia. Nesse contexto, verifica-se o aprofundamento das desigualdades sócioespaciais na RMGV, consequência dos efeitos restritivos da reestruturação econômica sobre a qualidade e a quantidade de postos de trabalho na região e das condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia.

Constata-se assim, que na RMGV a miséria, aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, em que as maiores vítimas são os jovens, pobres e segregados, aumento esse evidenciado por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, e por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico.

Esse cenário evidencia a forte correlação entre a segregação sócioespacial e a violência urbana, na RMGV, pois conforme se constatou, apesar de possuir um dos mais altos IDH do país, a região é, também, a mais violenta do Brasil.

Assim, podemos constatar que a violência está incorporada no tecido social da RMGV, em que as maiores vítimas são as populações marginalizadas econômica e socialmente, comumente suspeitas e alvos da intolerância, tanto por parte de grande parcela da população quanto dos aparelhos do Estado, principalmente os jovens dos bairros periféricos,

produtos de uma sociedade excludente, em decorrência das mudanças na região, entre as décadas de 1970 e 1980, que, culminaram em transformações na estrutura de empregos gerando desagregação e transformações dos laços culturais e sociais da população em questão.

Referências

- ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, E.S.: crescimento e metropolização*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, p. 84-135, 2002.
- CAMPOS, E. In: Peralva, A. Democracia e violência: a modernização por baixo. *Lua Nova*, vol. 40, nº 1, p. 217-240, 1997.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. X. de. *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 70, p. 42-58, 2002.
- MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, vol.17, nº 48, p. 151-167, 2003.
- MIR, L. *Guerra civil, estado e trauma*, São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- RIBEIRO, L. C. Q. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 261-289.
- SAUL, R. P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: SANTOS, J. V. T. dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 118-141.
- SIQUEIRA, M. da P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.
- ZANOTELLI, C. L. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In: CAMACHO, T. (Org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória: EDUFES, 2003, p. 237-260.
- WANDERLEY, L. E. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.;

BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004, p. 51-161.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 12 de setembro de 2010 e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2010.